



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 74/2023

IMPUGNANTE: MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA

I DA TEMPESTIVIDADE

Considerando a data da sessão do pregão para o dia 29 de janeiro de 2024 e contando-se os 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (item 4.1), tem-se como tempestiva a impugnação.

II DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.686.119/0001-60, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 74/2023, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos/ hospitalares período de 12 (doze) meses".

Em síntese, alega a impugnante que o critério de julgamento adotado torna impossível a sua participação, pois é uma fábrica de balanças e equipamentos de medição e não comercializa os demais itens.

Argumenta que o objeto é composto por inúmeros produtos que não guardam similaridade entre si, tornando impossível que a mesma empresa comercialize e/ou fabrique todos eles.

Em sua parte concludente, requer a reforma do edital para desmembramento dos lotes, transformando-os em itens ou lotes independentes ou até unificados em grupos similares, ou, subsidiariamente, que as balanças sejam incluídas em um lote independente.

Na sequência, vieram os autos para análise legal do instrumento convocatório quanto ao argumento levantado.

É o breve relatório.

III DO MÉRITO

Extraí-se do edital que a presente licitação objetiva a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos/hospitalares. Para tanto, o lote foi dividido em dois itens: 1) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de uso médico/hospitalares, odontológicos, fisioterapia e refrigeração (geladeiras de vacinas e ar condicionado) e 2) Fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos pertencentes ao patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde.

Em sua impugnação, a empresa sustenta que se interessou pela tabela 2.1 - equipamentos hospitalares Item 18 - BALANÇAS E/OU EQUIPAMENTOS, mas que está prejudicada de participar do certame, pois só fabrica e comercializa balanças e equipamentos de medição.

Requer a alteração do critério de julgamento de menor preço por lote para menor preço por item, ou, pelo menos

a exclusão da balança do lote correspondente para que se torne um lote independente de BALANÇAS.

Razão não lhe assiste.

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos/ hospitalares, e não simplesmente a revenda de produtos.

O objeto perseguido pela Administração é a manutenção dos equipamentos. Desse modo, a licitação se destina a empresas especializadas neste ramo, seja na prestação de serviços de manutenção preventiva/corretiva, seja no fornecimento dos equipamentos necessários para tanto.

Se o objeto social da empresa se destina unicamente a atividade de indústria e comercialização de instrumentos de medição - balanças, o fato de não poder participar da licitação certamente não é pelo critério de julgamento adotado.

Inclusive, eventual separação do item é inviável para a Administração. A demanda dos serviços do Município é baixa devido ao pequeno número de setores e equipamentos. Justamente por isso, a melhor solução foi a adoção de um único lote a fim de otimizar os serviços.

Além disso, o número de equipamentos discriminados como "balança" são todos de uso único e exclusivo hospitalar, não

havendo qualquer motivo para acolher as razões apresentadas pela impugnante.

Vale observar, ainda, que o número de “balanças” é baixo, de forma que eventual separação do item em um lote independente seria economicamente inviável para os licitantes, sobretudo porque a licitação exige visitas semanais periódicas no Município. Nesta esteira, se a empresa vem participar da licitação sabendo que poderá lograr-se vencedora apenas em 01 único equipamento, este produto será cotado com valor mais caro, justamente para que a licitante não tenha prejuízos.

Nesse sentido, destaca-se o entendimento do TCU:

Como é sabido, a regra do fracionamento da contratação deve ser aplicada nas hipóteses em que isso for possível e representâ vantagem para a Administração. Essa medida visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que a redução do preço das aquisições ampliaria o universo de possíveis interessados na disputa. 60. Essa regra, contudo, poderá ser mitigada em face de limites de ordem técnica, ou seja o fracionamento em lotes deverá respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. 61. Além disso, o fracionamento da contratação poderá também esbarrar em impedimentos de ordem econômica, os quais se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Logo, nas situações em que pode ocorrer o aumento dos custos para o Poder Público, não caberá falar em fracionamento, uma vez que a finalidade é a redução de despesas administrativas. (Acórdão 240712006 - Plenário)

Optar pelo desmembramento, além de ser totalmente incabível, demandaria mais contratações, instrumentalização,

gestão e fiscalização dos contratos, maior gasto de tempo e de pessoal envolvido, sendo que o critério adotado permite a ampla participação de empresas especializadas no ramo.

IV DA DECISÃO

Ante o exposto, merece ser conhecida a impugnação, eis que tempestiva, para, no mérito, ser julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**.

Bocaiúva do Sul/PR, 22 de dezembro de 2023.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n° 246.310

OAB/BA n° 63.686

OAB/DF n° 75.483